

Saudades ou aversão ao regime militar? Notas sobre a economia brasileira no período 1964-1974

Ronan Soares dos Santos¹
Rondinaldo Silva das Almas²

Resumo: Neste artigo buscamos descrever as políticas adotadas durante o regime militar no Brasil e analisar suas consequências para os trabalhadores e as classes de baixa renda. A justificativa para o artigo foi o recente clamor, por parte de muitos, por uma intervenção militar no Brasil. Muitos que apoiam a intervenção defendem que durante o Regime Militar o Brasil era um país melhor: menos corrupção, menos violência e apresentava melhor resultado econômico. Nessa perspectiva, analisamos as políticas econômicas adotadas durante o regime militar (1964-1984) e concluímos que, apesar de resultar em crescimento econômico elevado principalmente entre os anos de 1968 a 1973, período chamado de milagre econômico, houve no Brasil uma enorme desvalorização salarial e agravamento da concentração de renda e aumento da desigualdade da estrutura agrária.

Palavras chaves: Concentração de renda. Políticas econômicas. Regime militar.

Abstract: In this article the purpose is to describe the policies adopted during the Brazilian Military Government and to analyze their consequences for the workers and the low income classes in Brazil. This article was made because there was a recent claim by many Brazilians for a military intervention in the country's government. Many people, who support the intervention, argue that, during the Military Regime, Brazil was a better country: less corruption, less violence and better economic performance. In this perspective, we analyze the economic policies adopted during the military regime (1964-1984) and we conclude that, despite the fact that it resulted in high economic growth mainly between 1968 and 1973, a period called the "economic miracle", there was a huge wage devaluation and a severe concentration of income, besides the increase of the inequality of the agrarian structure.

Keywords: Income concentration. Economic policies. Military regime.

1 Introdução

Nos últimos anos, o Brasil vem assistindo a parte da sociedade clamar por uma intervenção militar. Esse bramido ganhou força em 2016, em razão dos acontecimentos vivenciados no país, como as manifestações de rua, que culminaram no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, na escalada da violência e na crise econômica.

¹ Doutor em Planejamento Territorial pela Universidade de Barcelona. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (DCSA-UESB). E-mail: ronansoares007@yahoo.com.br.

² Doutor em Planejamento Territorial pela Universidade de Barcelona. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (DCSA-UESB) e tutor do Programa de Educação Tutorial em Ciências Econômicas da UESB (PET-Economia/UESB). E-mail: rondinaldoalmas@gmail.com.

Aqueles que defendem a intervenção militar, ou a volta dos militares à direção do país, usam o argumento de que durante a experiência do governo militar no Brasil, entre 1964 a 1984, o país viveu dias melhores, inclusive economicamente.

O Golpe Militar de 1964 foi antecedido por um período também muito conturbado. A efervescência começou em 1961 quando “Jango”, como era conhecido o então presidente João Goulart, assumiu o governo com a renúncia de Jânio Quadros.

João Goulart era um político historicamente ligado aos movimentos sociais e definiu como objetivos do seu governo as “Reformas de Base”. Na sua análise as reformas mais necessárias eram: agrária, educacional e urbana. Para comandar a economia e as reformas Goulart contava com Celso Furtado, ministro extraordinário para assuntos de desenvolvimento econômico, que, com sua equipe, elaborou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (VILLELA, 2005).

O Plano tinha como objetivo específico: reduzir a taxa de inflação para 25% em 1963, já que tinha alcançado os 50% em 1962, visando alcançar 10% em 1965, o que poderia garantir taxa de crescimento do PIB de 7% anual. Também propunha realizar a reforma agrária como solução não só para a crise social, mas também para elevar o consumo de diversos ramos industriais, garantir um crescimento real dos salários à mesma taxa do aumento da produtividade e renegociar a dívida externa para diminuir a pressão de seu serviço sobre o balanço de pagamentos (SOCHACZEWSKI, 1993).

Esses objetivos tinham a finalidade de aprofundar o processo de industrialização pela via de substituição de importação. Furtado, como real representante da tradição Cepalina, dizia que, para impulsionar o processo de industrialização, seria preciso ampliar o mercado interno e que isso só seria possível mediante reforma agrária e outras políticas voltadas à redistribuição de renda.

Em razão dos objetivos acima descritos, o governo João Goulart era tido como excessivamente favorável aos trabalhadores. Esse “favorecimento” ficou patente com a promulgação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural que, pela primeira vez estendia ao campo a legislação social e sindical. O maior impacto do Estatuto foi sobre o processo de formação de sindicatos rurais, já que, impulsionado por grupos de esquerda e pela Igreja Católica, o sindicalismo rural espalhou-se com rapidez pelo país (CARVALHO, 2003).

Além da promulgação do Estatuto, a aproximação de João Goulart com o governo de Cuba e da China causou fortes reações da elite econômica brasileira.

Esses acontecimentos despertaram reações da elite hegemônica em todo o país. A classe conservadora começou a se organizar para pôr fim ao que acreditavam ser o início de uma república sindicalista, comandada por “Jango”.

O ponto culminante dos acontecimentos ocorreu no dia 13 de março de 1964. Visando o seu fortalecimento político, Goulart realizou um grandioso comício, organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), no Rio de Janeiro. Foi um ato público imponente, com pessoas empunhando faixas vermelhas pedindo a legalização do Partido Comunista, cartazes com dizeres revolucionários e esquerdistas, além de vários discursos inflamados (AGUIAR, 1999).

O presidente fez um dos discursos mais inflamados e deveras populista. Além disso, anunciou a assinatura de dois decretos: um sobre a nacionalização de uma refinaria de petróleo e outro, mais explosivo, sobre a desapropriação de terras às margens de ferrovias, rodovias e de barragens de irrigação federais (CARVALHO, 2003). Também prometeu enviar ao congresso outros projetos de reforma, como a universitária, a eleitoral e a urbana (AGUIAR, 1999).

A reação foi imediata. Os setores conservadores organizaram manifestações com o lema “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, cujo objetivo era impedir as reformas defendidas pela esquerda e para evitar o que pensavam ser um golpe comunista-sindicalista em preparo (VILLELA, 2005).

A tragédia dos últimos meses do governo Goulart pode ser apreendida pelo fato de que a resolução dos conflitos pela via democrática foi sendo descartada como impossível ou desprezível por todos os atores políticos. A direita ganhou os conservadores moderados para sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo (FAUSTO, 2010, p. 253).

Em 31 de março de 1964 o presidente João Goulart foi deposto pelo Golpe Militar e o marechal Castello Branco empossado presidente da república, com a missão de “salvar” o país do caos político e econômico, já que a economia estava em “estagflação” – estagnação da atividade econômica, acompanhada de aumento da inflação.

Dessa forma, este artigo se propõe a descrever as políticas adotadas pelo Regime Militar para “salvar” o país e suas consequências econômicas para o trabalhador e as classes de baixa renda.

Para tanto, o artigo está dividido em cinco partes, além desta introdução e da conclusão, temos a secção que descreve a reforma política, a discussão sobre o Programa de Ação Econômica do

Governo (PAEG) e suas consequências nos salários, a discussão sobre a modernização agrícola e o êxodo rural e o debate com o milagre econômico e a concentração de renda observado no período.

2 A Reforma Política

Os militares começaram o processo de “salvar” o país pela reforma política. Com o golpe, os direitos políticos e civis foram atingidos duramente por meio das medidas de repressão. Em 09 de abril de 1964, foi editado o primeiro Ato Institucional (AI), instrumento legal da repressão utilizado pelo governo militar. Pelo AI-1 foram cassados os direitos políticos, pelo período de dez anos, de grande número de líderes políticos, sindicais, intelectuais e militares. Além disso, houve aposentadoria forçada de funcionários públicos e militares. Os militares também foram responsáveis por intervenções nos sindicatos, os órgãos da cúpula do movimento operário foram fechados, como a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), além da União Nacional dos Estudantes (UNE) ter sido invadida (CARVALHO, 2003).

Essas práticas, no entanto, foram observadas em todo o Brasil. Carvalho (2003) pontua que, entre os anos de 1964 e 1973, aproximadamente 4.841 pessoas tiveram seus direitos políticos cassados, foram aposentados compulsoriamente ou demitidos. Entre os parlamentares, senadores, deputados e vereadores, 513 tiveram seus mandatos cassados.

O autor também destaca a demissão de 72 professores universitários e 61 pesquisadores científicos. Também houve expurgo nas Forças Armadas, os militares que se opunham ao golpe foram excluídos, sendo expulsos ao todo 1.313 militares, entre os quais 43 generais, 240 coronéis, tenentes-coronéis e majores, 292 capitães e tenentes, 708 suboficiais e sargentos. As pessoas visadas eram as que se destacaram em posições nacionalistas e de esquerda.

3 O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)

Após a “reforma” política, o novo governo começou a reforma econômica, com o fim de levar a economia brasileira a um novo momento de crescimento e modernidade, já que o cenário naquele momento não era favorável.

Depois de um crescimento médio anual de 8,8% no período de 1957 a 1962, o PIB do Brasil cresceu apenas 0,6% em 1963, enquanto a inflação média anual naquele período foi de 32,5%, contra 79,9% em 1963 (IPEADATA, 2018).

Com o fim de tirar a economia brasileira de tal situação, o governo Militar lançou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Esse programa teve como base promover algumas reformas estruturais, sendo que as reformas mais impactantes foram a tributária, a do mercado de trabalho e a modernização agrícola.

A reforma tributária tinha como objetivos explícitos o aumento da arrecadação do governo e a racionalização do sistema tributário. Dessa forma, pretendia-se reduzir os custos operacionais da arrecadação, extinguindo tributos de pouca relevância financeira e definir uma estrutura tributária apropriada para incentivar o crescimento econômico.

Para tanto, as principais medidas foram: a criação de alguns impostos, como o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), ampliação da base de incidência do imposto sobre a renda de pessoas físicas, criação de uma série de mecanismos de isenção e incentivos a atividades consideradas prioritárias pelo governo à época – principalmente aplicações financeiras, para estimular a poupança, e investimentos em capital fixo, em regiões e setores específicos (HERMANN, 2005).

Ainda, segundo Hermann (2005), esse conjunto de medidas surtiu efeito, pois a carga tributária do país passou de 16% do PIB em 1963 para 21% em 1967. No entanto, a reforma tributária foi regressiva, uma vez que beneficiou as classes de renda mais alta – os poupadores – com incentivos e isenções sobre o imposto de renda. Além do mais, a maior parte de crescimento da arrecadação foi obtida com impostos indiretos, que, em termos proporcionais, penalizam mais as classes de baixa renda.

No mercado de trabalho, a política salarial, a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Lei de Greve trouxeram fortes impactos na relação capital/trabalho.

A Lei de Greve foi uma das primeiras decisões do governo militar que se seguiu ao Golpe de 1964. O objetivo primordial dessa lei era regular o direito de greve, algo que não estava previsto na Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), e estabelecer as normas a serem observadas para que uma greve fosse considerada legal.

As exigências burocráticas criadas pela lei tornaram praticamente impossível a realização de greves legais, já que a declaração de que a greve era legal cabia à Justiça do Trabalho, que passou a ser influenciada pelo governo militar. Além disso, as penalidades por promover, participar ou incitar uma greve ilegal eram bastante severas, indo de uma multa a seis meses de prisão para os participantes (FAUSTO, 2010).

Em 1965 foi introduzida na CLT a Lei de Reajustes Salariais que concedeu ao governo a prerrogativa de determinar a taxa mínima de reajuste para todos os salários do setor formal da economia. Até então, os reajustes salariais eram decididos por meio de negociação coletiva entre empregados e empregadores (AMADEO; CAMARGO, 1996).

Em 1966, o governo militar determinou que os reajustes salariais fossem calculados com base na inflação prevista pelo governo. Como a inflação prevista era calculada de forma conservadora, os salários foram deteriorados com o passar dos anos. Como exemplo pode-se citar o próprio ano de 1966, em que a inflação prevista pelo governo, e que foi base para os reajustes salariais, foi de 10%, enquanto a inflação efetiva foi de 39,1% (HERMANN, 2005).

Outra mudança de grande repercussão na relação de trabalho foi a alteração na forma de demitir o trabalhador. Até o ano de 1965, para demitir um funcionário sem justa causa o empregador tinha que pagar um mês de salário para cada ano de trabalho na empresa. O valor da indenização tomava por base o mais alto salário recebido pelo trabalhador durante o contrato de trabalho e, além disso, decorridos 10 anos de trabalho no mesmo emprego, a lei vedava a demissão do empregado, exceto se a demissão fosse por justa causa. Cabe salientar que as condições da demissão por justa causa eram claramente definidas em lei (AMADEO; CAMARGO, 1996).

Essa estabilidade no emprego acabou em 1966 para atender as exigências do capital, conforme aponta Carvalho (2003). A explicação foi a de que o regime de estabilidade era um entrave institucional ao aumento do emprego e, por isso, ao crescimento econômico (HERMANN, 2005).

Como compensação pelo fim do regime de estabilidade o governo militar criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O FGTS é um fundo da capitalização formado por depósitos mensais, por parte da empresa, equivalentes a 8% do respectivo salário, em nome do trabalhador. Em caso de demissão ou em algumas situações especiais, como exemplo a compra de imóvel, os recursos são liberados para o trabalhador. Para Amadeo e Camargo (1996, p.52) “Após essa legislação, demitir e contratar tornou-se muito mais fácil e barato”.

O resultado dessas políticas pode ser observado na Tabela 1. No ano de 1961, no governo de João Goulart, o salário mínimo real foi mais alto que o de 1940. No entanto, o salário foi deteriorando-se durante o governo militar, de forma que, em 1974, correspondia a menos da metade do salário de 1961.



Tabela 1 - Salário mínimo real no Brasil 1960-1974 (médias anuais).

Ano	Índice (Julho de 1940=100)
1960	100,30
1961	111,52
1962	95,36
1963	84,01
1964	86,13
1965	82,74
1966	70,68
1967	66,60
1968	65,18
1969	66,66
1970	63,66
1971	60,93
1972	59,93
1973	54,99
1974	50,15

Fonte: DIEESE (2009).

A deterioração do salário mínimo no Brasil foi condição para a nossa industrialização. Esse fato foi consequência do que Ferreira (2005) chamou de “industrialização com baixos salários”, o que fatalmente resultou no que Maricato (2003) denominou “urbanização com baixos salários”.

Além das mudanças no mercado de trabalho o governo militar impôs outra política com grandes consequências para a industrialização e a urbanização do Brasil: a modernização agrícola, que será a analisada a seguir.

4 Modernização agrícola e expulsão do homem do campo

O governo militar proporcionou uma mudança no papel da agricultura, a qual trouxe grandes consequências ao país. A agricultura que, até então, tinha um papel passivo na economia nacional, como preceituava os ditames cepalinos, passou a ter uma função importante, na segunda metade dos anos 1960, já que, como o Brasil precisava de divisas para honrar a dívida externa, dar prosseguimento à substituição de importação e equilibrar a balança comercial, a agricultura foi escolhida como setor chave para aumentar as exportações nacionais.

Assim, a agricultura passou a assumir outras duas funções, quais sejam: gerar divisas estrangeiras, por meio de exportação de produtos agrícolas, com o fim de financiar importações e amortizar a dívida externa e constituir mercado consumidor para os bens industriais, complementando os mercados urbanos (BACHA, 2004).

Para esse fim, o poder público passou a incentivar a modernização da agricultura, que não se limita apenas à mecanização do campo ou modificação da base técnica de produção, sendo muito mais abrangente. Além da substituição técnica, a modernização tem o poder de modificar a organização da produção rural, que engloba as relações sociais. Assim, a modernização agrícola nada mais é do que a capitalização e monetarização do campo.

Apesar disso, a modernização não foi para toda a agricultura brasileira. Como o governo militar tinha o objetivo de aumentar as exportações e as fontes de receitas, para o desenvolvimento urbano-industrial, algumas culturas e regiões foram priorizadas.

As culturas priorizadas foram aquelas passíveis de exportação e de substituição de importação. Como a maioria dessas culturas situava-se no Centro-Sul do país e eram conduzidas por grandes e médios produtores rurais, além de possuírem maior capacidade administrativa e patrimônio, foram elas, as regiões Sul e Sudeste e os grandes e médios proprietários beneficiados pela política agrícola do Estado. Por isso, tal modernização foi denominada “modernização dolorosa” por Graziano da Silva (1982) e “modernização conservadora” por Ehlers (1999).

O instrumento utilizado para modernizar a agricultura foi o crédito rural, que consistia em taxas de juros e condições de pagamento diferenciados dos encontrados no mercado, segundo Bacha (2004). Com regras que já eliminavam a grande maioria dos proprietários rurais, o crédito foi um sutil instrumento usado para beneficiar as culturas de exportações (ALVES, 1992).

A década de 1970 foi o período de auge do crédito rural, com destaque para o ano de 1979. Além dos elevados recursos, o crédito rural teve taxas de juros negativas durante toda a década de 1970, sendo que em 1980 a taxa de juros foi de $-37,7\%$, conforme aponta o Quadro 01. Em termos monetários, um agricultor que tomasse financiamento agrícola pelo crédito rural de CR\$ 100,00, pagaria somente CR\$ 62,30.



Quadro 01 - Crédito Rural Contratado no Brasil - 1970 a 1980.

Ano	Total*	Taxa de juro real (em %)
1970	9.277	- 3,9
1971	10.729	- 4,0
1972	13.269	-1,5
1973	18.762	-1,4
1974	23.203	- 15,1
1975	33.827	- 11,5
1976	34.678	- 21,9
1977	30.944	-16,7
1978	31.457	- 17,7
1979	39.205	- 34,4
1980	37.492	- 37,7

* Valores em milhões de reais de agosto de 1994, atualização Almeida (1994) apud Bacha (2004).

Fonte: Goldin e Rezende (1993).

Com tamanho subsídio, a agricultura brasileira voltou a apresentar significativa participação na economia. Entretanto, apenas algumas culturas foram beneficiadas, conforme mencionado. Goldin e Rezende (1993, p.24-25) descrevem os beneficiados pelo crédito rural:

(...) as principais culturas de exportação receberam cerca de metade do crédito total, enquanto cerca de 80% de todo o crédito foram alocados a seis culturas: soja, trigo, arroz, milho, café e cana-de-açúcar (...)

Um exame mais detalhado da distribuição do crédito revela que ele foi vantajoso principalmente para as culturas de exportação concentradas no Centro-Sul do país. Enquanto o Nordeste foi responsável por aproximadamente 22% do valor da produção agrícola vegetal no final dos anos 70, apenas 12% do total de crédito agrícola foram dirigidos para aquela região. Na mesma época, os três estados do Sul especializados em trigo e soja receberam 44% do crédito total, embora fossem responsáveis por 38% do valor total da produção agrícola brasileira. Em termos de crédito por hectare cultivado, os agricultores do Sul e Sudeste receberam três vezes o montante creditado aos agricultores do Nordeste.

(...) Estima-se que na década de 70 apenas 20 e 25% dos produtores agrícolas receberam crédito concedido pelo sistema oficial, e que menos de 5% dos agricultores receberam mais da metade do crédito total concedido (...).

Esses acontecimentos mostram que as principais consequências da modernização agrícola foram o aumento da concentração fundiária e um forte êxodo rural.

Quanto à estrutura agrária, verifica-se no Quadro 2 que ela sofreu uma concentração entre os anos de 1970 e 1980. No ano de 1970, os pequenos estabelecimentos, com até 100 hectares, respondiam por 85,21% do número total dos estabelecimentos. Enquanto os grandes estabelecimentos, com mais de 1.000 hectares, respondiam somente por 6,86% do número total de estabelecimentos.



Quadro 02 - Número de estabelecimento por classe de área (ha) e participação da área da classe no Brasil, 1970 - 1980 (em %).

	De 0 a 100 (ha)		De 100 a 1000 (ha)		Mais de 1.000 (ha)	
	n° de estab. (%)	Área ocup. (%)	n° de estab. (%)	Área ocup. (%)	n° de estab. (%)	Área ocup. (%)
1970	85,21	23,64	7,93	37,17	6,86	39,19
1980	89,59	20,15	9,48	34,75	0,93	45,1

Fonte: Alves (2006).

No entanto, apesar da grande participação no número dos estabelecimentos, as pequenas propriedades só ocupavam 23,64% do total da área agrícola utilizada em 1970. Já as grandes propriedades, mesmo com pequena participação no número de estabelecimentos, ocupavam 39,19% da área destinada à produção rural.

No ano de 1980, a estrutura agrária apresentou-se mais desigual ainda. A participação das pequenas propriedades quanto ao número de estabelecimentos subiu para 89,59%, apesar de a área utilizada ter caído para 20,15%; enquanto isso, as grandes propriedades tiveram a proporção no número de estabelecimentos diminuída para menos de 1%, a despeito de terem aumento da área utilizada para 45,1%. Ou seja, no Brasil em 1980, 1% das propriedades ocupava quase metade da área total destinada à produção rural.

A década de 1970, em decorrência da concentração fundiária, também foi o clímax do êxodo rural. A causa do forte êxodo rural, além do aumento da concentração fundiária e da mecanização do campo Balsan (2006), foi a Legislação Trabalhista.

Pelo Quadro 03 pode-se perceber que a década de 1970 foi o período em que ocorreu a maior saída de contingente do campo em direção à cidade. Nesses anos, mais de 12 milhões de pessoas migraram para a zona urbana, o que correspondia a cerca de 30% de total a população rural em 1970.

Quadro 03 - Volume de migração rural-urbano no Brasil nas décadas de 1960 a 1980.

Período	Volume de migrantes	Média anual de migrantes	% do volume de migrantes em relação à população rural do ano base
1960/1970	9.068.544	906.854	23,4
1970/1980	12.240.177	1.224.402	29,8
1980/1991	10.382.529	1.038.252	26,9

Fonte: Alves (2006).



A contribuição do novo estatuto que começou a reger as relações sociais de produção no campo deveu-se à manutenção da estrutura fundiária. Como a nova legislação afastou terminantemente qualquer prejuízo aos grandes fazendeiros, verificou-se que o novo estatuto não atrapalhou o movimento da urbanização. Mais que isso, ele verdadeiramente se associou, uma vez que as pequenas propriedades rurais foram inviabilizadas economicamente em função das novas obrigações (CARVALHO, 2003).

Isso permite supor que o Estatuto do Trabalhador Rural atuou de forma a reunir tanto os interesses do capital urbano, quanto o rural. O capital urbano foi beneficiado, pois a liberação da mão de obra retida nas pequenas propriedades rurais aumentou a oferta de força de trabalho nas cidades. Os direitos sociais que haviam atraído os trabalhadores para a cidade até os anos de 1960 agora expulsavam os trabalhadores do campo.

Já quanto aos interesses do capital agrícola, o novo estatuto foi útil para “entreter” o movimento sindical rural, sem atingir a questão primordial: a reforma agrária.

Em consequência disso, o Brasil, que era um país eminentemente rural no ano de 1960, com cerca de 55% da população no campo, passou a urbanizado já em 1970, sete anos após os militares assumirem o poder.

Tabela 02 – Crescimento da população do Brasil entre 1940 a 2010 (em 1000).

Ano	População Rural	%	População Urbana	%	Total
1940	28.300	68,8	12.900	31,2	41.200
1950	33.200	63,8	18.800	36,2	52.000
1960	38.800	55,3	31.300	44,7	70.100
1970	41.100	44,1	52.100	55,9	93.200
1980	38.600	32,4	80.400	67,6	119.000
1991	35.800	24,3	111.000	75,7	146.800
2000	31.800	18,8	138.000	81,2	169.000
2010	28.500	15	161.500	85	190.000

Fonte: IBGE (Censos demográficos).

A Tabela 02 mostra que no ano de 1970 a população urbana era de 52.100.000 pessoas, o que representava 55,9% da população total. Esse número chega a impressionar, pois a população total do Brasil em 1950 era menor que a população urbana em 1970.

5 O milagre econômico e a concentração de renda

As políticas adotadas pelo Governo Militar foram responsáveis por profundas mudanças na economia. Uma delas, a partir de 1968, a economia brasileira iniciou uma fase de vigoroso crescimento que se estendeu até 1973, período que ficou conhecido como “Milagre Econômico”.

Nesse intervalo, o PIB cresceu a uma taxa média de 11% ao ano, conforme dados de IPEADATA (2018). Esse crescimento foi capitaneado pelo setor de bens de consumo durável, seguido pelos bens de capital. A taxa de investimento, que ficou estagnada em torno de 15% do PIB entre os anos de 1946 a 1967, elevou-se para 19% em 1968 e chegou ao fim do “milagre” com mais de 20%.

Para Hermann (2005) uma taxa de crescimento médio de 11% ao ano, por seis anos seguidos, já merecia a designação de milagre econômico. Mas a autora chama atenção para o fato de que a façanha da economia do Brasil no período é mais surpreendente, uma vez que tal ritmo de crescimento foi acompanhado por uma diminuição da inflação e de uma sensível melhora no balanço de pagamentos.

No entanto, o referido “milagre econômico” foi um período que mostrou toda a complexidade e contradições dos governos militares. As contradições e complexidade são evidenciadas pela limitação dos direitos políticos e civis e pela concentração de renda observada durante o período de ditadura militar.

Uma das consequências das políticas adotadas pelo governo militar foi a vergonhosa concentração de renda observada no Brasil. Dispõe-se de estudos sobre a distribuição de renda, no Brasil, apenas a partir de 1960. Desse ano até o ano de 1980, a distribuição da renda, em porcentagens, da população de 10 anos ou mais que recebiam renda é mostrada na Tabela 03.

Tabela 03 - Distribuição do rendimento da população economicamente ativa no Brasil, 1960 – 1980.

Percentis	1960	1970	1980
10% mais pobres	1,9	1,2	1,2
30% mais pobres	5,9	6,2	6,2
50% mais pobres	17,4	15,1	14,1
30% mais ricos	66,1	71,7	73,2
10% mais ricos	39,6	46,5	47,9
1% mais ricos	12,11	14,51	13,3
Índice de Gini	0,497	0,565	0,592

Fonte: Cacciamali (2002).

Os dados evidenciam a extrema concentração de renda na cúpula da população. Em 1960, a renda apropriada pelo 1% superior da escala populacional, 12,11%, era mais que o dobro da proporção apropriada pelos 30% da população mais pobre, 5,9%.

Prosseguindo com a comparação, em termos monetários, a renda média de uma pessoa incluída entre o 1% da população mais rica, correspondia a mais de 34 vezes a renda média de uma pessoa incluída entre os 50% da população mais pobre: Cr\$ 55,27 contra Cr\$ 1,6, em cruzeiros de 1960.

Os dados referentes ao ano de 1970 mostram que as políticas adotadas pelo regime militar levaram a concentração de renda a uma situação ainda mais extremada. A mesma tabela evidencia que o grau de concentração na cúpula aumentou. Enquanto o 1% superior em 1960 apropriava 12,11% da renda total, em 1970, essa porcentagem aumenta para 14,51%, quase a mesma proporção dos 50% da população de renda mais baixa.

Os 10% da população mais rica também tiveram sua participação aumentada: em 1960 eles respondiam por 39,6% da renda e em 1970 esse número aumentou para 46,5%. Em contrapartida, *et pour cause*, os 50% da população mais pobre tiveram uma diminuição na participação da renda total, em 1960 era de 17,4% e caiu para 15,1% em 1970.

Em termos monetários, um indivíduo incluído entre o 1% mais rico da população tinha uma renda média 53 vezes maior que uma pessoa que estava entre os 50% mais pobres da população: Cr\$ 90,62 contra Cr\$ 1,7, em cruzeiros constantes de 1960.

Em termos de incremento da renda média real, os primeiros 50% da população tiveram, na década de 1960, somente 6%. Já o grupo formado pelo 1% mais rico teve um incremento real na renda média de 63%. Pensando na dinâmica da distribuição, do crescimento da renda real na economia brasileira nos anos de 1960, a grande parte foi apropriada pelo 1% mais rico da população. Esse fato explica o crescimento de 13,7% no índice de Gini verificado no período (SOARES, 2014).

Quanto às limitações dos direitos políticos e civis, Carvalho (2003) mostra que justamente nos anos do milagre econômico o Brasil viveu sua fase mais sombria. Foi nesse período que ficou conhecido com “anos de chumbo” que vigorou o Ato Institucional nº 5, o AI-5 que “foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contra-revolução dentro da contra-revolução” (FAUSTO, 2010, p.265). Baixado em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 não tinha prazo de vigência como os Atos anteriores. Além disso, foi o que mais atingiu os direitos políticos e civis, já que fechou o Congresso, passando o presidente a governar ditatorialmente.

Por meio do AI-5 o governo militar introduziu a pena de morte por fuzilamento para os casos de “guerra subversiva”. Também foi suspenso o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional, políticos, a ordem econômica e social e a economia popular. Além disso, todos os atos decorrentes do AI-5 foram colocados fora da apreciação judicial (BRASIL, 1968).

No início de 1970, o General Médici, então presidente, introduziu a censura prévia em jornais, livros e outros meios de comunicação. Dessa forma, de acordo com Carvalho (2003) qualquer publicação ou programa de televisão ou rádio teria de ser submetido aos censores do governo antes de serem levados ao público.

Ainda conforme o autor, além da censura à imprensa eliminar a liberdade de expressão, não havia liberdade de reunião. Os sindicatos estavam sob constante ameaça de intervenção e movimentos grevistas foram proibidos. Além do mais o direito de defesa foi cerceado mediante prisões arbitrárias, a justiça militar passou a julgar crimes civis e a inviolabilidade do lar e da correspondência não existia.

Todavia, ao mesmo tempo que cerceavam os direitos civis e políticos o governo militar proporcionava a expansão dos direitos sociais. Foi justamente no período de 1964 a 1973 que se observaram os maiores avanços nos direitos sociais, avanços maiores que nos governos democráticos de Vargas e Goulart.

Um dos avanços nos direitos sociais foi a unificação e a universalização da previdência. No ano de 1966 foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que unificou o sistema. Em 1967, esse instituto passou a ser responsável pelo seguro de acidentes de trabalho.

Carvalho (2003) lembra que, em 1971, no ponto mais alto da repressão, foi criado o Fundo de Ascendência Rural (Funrural), programa responsável por incluir os trabalhadores rurais na previdência social. Com o Funrural os trabalhadores rurais, os esquecidos pelas legislações anteriores, passaram a ter direito à aposentadoria, à pensão e à assistência médica.

O fundo tinha administração e financiamento distintos do INPS, pois os militares não ousavam cobrar contribuição dos proprietários rurais, mas também não cobraram dos trabalhadores. Os recursos advinham de um imposto sobre os produtos rurais, pagos pelos consumidores, e de outro imposto sobre a folha de pagamento das empresas urbanas.

O Funrural, somado ao Estatuto do Trabalhador Rural, contribuiu para acalmar o movimento sindical rural e trouxe dividendos políticos aos governos militares. Como consequência o eleitorado rural passou a ser um fiel apoiador dos militares. Como os avanços sociais encobriram a luta pela reforma agrária, os proprietários também tinham motivos para apoiar o governo militar.



Dessa forma, justamente porque foram aceitos como necessários para acomodar as tensões sociais pela elite econômica é que os direitos sociais foram considerados benesses do governo militar, uma compensação pelas restrições dos direitos políticos e civis.

6 Conclusão

É possível perceber que no Brasil uma parte significativa da população vem defendendo uma intervenção militar. Muitas dessas pessoas dizem ter saudades do período em que o Brasil foi governado pelos militares.

A suposta saudade vem da ideia de que o país viveu dias melhores durante o Regime Militar, inclusive economicamente. De fato, entre os anos de 1968 e 1973 o Brasil registrou seus maiores índices de crescimento econômico, não por acaso, esse período ficou conhecido como “Milagre Econômico”.

No entanto, como vimos, uma análise mais detalhada e mais crítica do período do regime militar mostra que houve reprocesso em alguns índices econômicos. A maior parte da população não foi beneficiada pelo crescimento econômico observado no período.

A renda do trabalhador, por exemplo, não acompanhou a pujança econômica do “milagre”. Muito pelo contrário, nos anos do auge econômico do regime militar o salário mínimo real foi quase metade do valor do ano de 1960, o que mostra um empobrecimento do trabalhador.

Esse fato explica por que houve aumento na concentração de renda da população. No ano de 1980, 1% das pessoas mais ricas da população passou a deter quase a mesma riqueza dos 50% mais pobres.

Essas coisas mostram que existe uma superestimação, pelas pessoas que defendem a intervenção militar, do período em que o Brasil viveu um regime militar. Para a grande parte da população brasileira não houve avanço econômico no período entre os anos 1964 e 1984. Sem falar nas vergonhosas restrições de liberdade individual e de imprensa, marca inequívoca do período em que o Brasil foi governado pelos Militares.

Referências

ALVES, Eliseu. Migração rural-urbana. In: **Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias**: coletânea de artigos revistos. Editor técnico, Eliseu Alves. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

AMADEO, Edward e CAMARGO, J. Márcio. Instituições e o mercado de trabalho no Brasil. In: **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Org. CAMARGO, J. Márcio. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 10801, 13 dez. 1968.

CACCIAMALI, Maria C. Distribuição de Renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: BENEVIDES, Diva; VASCONCELLOS, Marco A (Orgs.) **Manual de Economia**. São Paulo, Editora Saraiva, 2002.

CAMARGO, José Márcio. Flexibilidade e produtividade do mercado de trabalho brasileiro. In: **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Org. CAMARGO, J. Márcio. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

CARVALHO, José M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIEESE. **Anuário dos trabalhadores: 2009**. 10 ed./ Departamento Intersetorial de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2009.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FERREIRA, João S.W. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. Bauru. UNESP Bauru, ANAIS, 2005.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

GOLDIN, Ian; REZENDE, Gervásio C. **A agricultura brasileira na década de 80**: crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

HERMANN, Jennifer. Reforma, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). **Economia brasileira contemporânea**. Org. GIAMBIAGI, Fábio *et al.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Populacionais*. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br, acesso em julho de 2018.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <http://www.ipeadata.gov.br/>, Acesso em julho de 2018.

SOARES, Ronan. **A construção de Cidades no Brasil: Capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940 - 2010)**. Tese de Doutorado. Universidade de Barcelona, Barcelona, 2014.

SOCHACZEWSKI, A. **Desenvolvimento Econômico e Financeiro do Brasil: 1952-1968**. São Paulo, Trajetória Cultural, 1993.

DOI:

VILLELA, André. Dos “Anos Dourados” de JK à Crise não Resolvida (1956-1963). **Economia brasileira contemporânea**. Org. GIAMBIAGI, Fábio *et al.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Recebido em outubro de 2018
Aprovado em outubro de 2018